

A RESISTÊNCIA DO POVO KAIOWÁ DA ALDEIA PANAMBIZINHO NO MOMENTO DA TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA FRANCISCO HORTA BARBOSA

Nely Aparecida Maciel – PPG-UFMS

Neste artigo analiso certos aspectos relacionados com o processo de *colonização não-indígena* na região de Dourados, especialmente no local onde se situa a aldeia Panambizinho¹, durante o governo de Getúlio Vargas no estado de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). No início da década de 1940, a região sul do Estado foi marcada por intensos conflitos fundiários relacionados ao processo de expropriação das terras pertencentes aos índios Kaiowá. Os indígenas não aceitaram esses fatos passivamente e lutaram pela recuperação de suas terras.

O objetivo maior deste trabalho é apontar o processo de resistência dos índios, principalmente de líderes mais antigos, ao serem transferidos da área de colonização para a reserva Francisco Horta Barbosa (Dourados - MS).

Durante o período da instalação e pós-instalação do Projeto de Colonização de 1943 até por volta da década de 60, a tentativa era de retirar os indígenas do território para a colonização não-índia. Assim, no tocante à distribuição das terras, os Kaiowá passam a ser tratados da mesma forma que os colonos recebendo 30 ha. por família extensa.

No distrito de Panambi² houve de fato um impacto com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) sobre os Kaiowá, pois ela atingiu parte significativa do território desse povo. A implantação da Colônia em área de aldeias Kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos indígenas pela manutenção e recuperação de suas terras. Eles negavam-se a deixar as terras onde tradicionalmente viveram, as quais foram “vendidas” pelo governo aos colonos. Estes, por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos indígenas através de ações na justiça.

Em 1946, Pedro Henrique, capitão dos índios Kaiowá, escreve uma carta ao General Rondon, solicitando:

“Aqui venho pedir-vos ao Sr. General para mandar dividir as terras que toca para os índios Caiuás, porque os outros estão só fazendo intrigas para ver se toma as nossas terras, e nós somos bastante índios, precisamos de um pedaço de terra para minha Aldeia, para podermos trabalhar mais socêgados, minha Aldeia contém 869 índios entre homens e mulheres e crianças então vou pedi-lho o auxílio do Sr. General e esperarmos as suas providências, desde já todos os Índios Cauás ficam muitos agradecidos pelas suas caridade com eles, e pedimos a deus a recompensa sua. E muito agradeço ao exmo General”.³

A carta de Pedro Henrique, acaba por desencadear uma série de correspondências que mostram que, embora sejam órgãos lotados no mesmo Ministério, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) é inoperante frente à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), bem como revela aspectos importantes sobre a origem de toda a confusão, presente até final de dezembro de 2004⁴, no que diz respeito à definição sobre as terras da região de Panambi.

O decreto Estadual nº. 401, de 03/09/1917, reservou uma área de 3.600 ha. de terras “para ‘colônia’ dos índios de Dourados” (Posto Indígena Francisco Horta Barbosa). Conforme a criação dessa reserva os índios da região do Panambi foram sendo levados para lá.

Percebemos através dos documentos de Ofício que a intenção dos trabalhadores do Estado era de excluir a presença de índios no território o mais rápido possível. Como escreve (VIETTA, 1997, p. 42)⁵, aumentam as pressões para que os Kaiowá se retirem da área, por outro lado, maior é a resistência apresentada por eles. Sempre houve a imposição por parte do SPI e da CAND para que os índios se transferissem para o Posto Francisco Horta Barbosa, atual reserva de Dourados. Portanto, as populações que passaram a ocupar as reservas foram, na época, transferidas de seus territórios originais e, conseqüentemente, houve uma sobreposição de “aldeias” e lideranças, além da gradativa transformação dos

meios de produção econômica. Esses elementos estão diretamente associados a uma série de problemas vivenciados atualmente no interior das Reservas Indígenas.

Para Pacheco de Oliveira, “a problemática do território é central na existência atual dos índios e se reflete não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.108)⁶.

Frente à resistência apresentada pelos Kaiowá para viabilizar esta transferência, tem início uma série de episódios violentos, que ao menos segundo as narrativas Kaiowá (em entrevistas) são igualmente promovidos por funcionários do SPI e da CAND. Entre os nomes mais citados estão Acácio (Acácio Arruda, Agente do PI Francisco Horta), Aguirre (Jorge Coutinho Aguirre, Administrador da CAND), César (Luiz Egidio Cerqueira César, Assistente da CAND) e Joaquim Frado (Joaquim Fausto Prado, Chefe do IR 5).

Na época da implantação da Colônia Agrícola, o índio Kaiowá, Pedro Henrique, havia sido designado como capitão. Esteve à frente das negociações bem como sofreu muita pressão dos órgãos acima referidos. No depoimento de Lauro Conciância, há a citação de várias pessoas ligadas à CAND que estariam pressionando Pedro Henrique a abandonar a área junto com todas as famílias Kaiowá.

“... Esse aqui, esse Colônia. Esse índio, índio, tudo índio tem que saí, vai tudo lá, é lá no Francisco Horta, vai tudo, não fica aqui, não fica aqui nenhum não fica aqui. Governo não que fica, índio tem que vai tudo lá no Francisco Horta, tem que saí tudo. Pedro Henrique teimando. Pedro Henrique foi lá no Campo Grande, cada dia foi lá no Campo Grande, cada dia, Pedro Henrique. Porque o Dr. Aguirre falô assim: na merada [beirada], na merada é Panambí, fica só vocês, 500 ha, 500 ha, assim é, pedaço, é pra, lá pra lá. Colônia não tem, não, Colônia, ah, esse não... Esse Colônia mesmo, fica Colônia esse Federal, esse Federal, esse Federal. Colônia, tem que saí. Ah, Chiquito, Chiquito Pa'i, Pa'i Guasu tem que saí. Ah, Chiquito falô: ah, eu não sai, nascemo aqui, eu não saio mesmo! Chiquito

morreu aqui, enterra aqui no cemitério, enterrá cemitério. Dr. Aguirre, ele pediu pra retirá na marra Pa'i Chiquito, mai Pa'i Chiquito não saiu.”⁷

Através desse depoimento podemos confirmar a resistência do índio Kaiowá Chiquito Pedro, demonstrando todo o afeto pelo território que sempre viveu. Para confirmação desses fatos, o memorando de nº. 477 do Chefe do IR 5, José Mongenot, de 10/10/1961, enviado ao encarregado do PI Francisco Horta Barbosa, Salatiel M. Diniz mostra:

“De acordo com o ofício s/n do Sr. Lineu Amaral Soares, solicito providências dessa Chefia para retirada dos índios “Caiuás” que estão instalados no lote rural nº. 42 da quadra 66 do Núcleo Colonial de Dourados, deveis entrar em contato com o referido cidadão e diante dos documentos de propriedade da referida gleba, providenciar a retirada dos índios aconselhando-os a se instalarem na área do PI Francisco Horta ou outras reservas eles destinadas, José Bonifácio, Benjamin Constant, Taquapery e outras do extremo sul.”

Foi no período de implantação das fazendas e da CAND, que o processo de perda da terra por parte dos Kaiowá da Panambizinho e alteração das aldeias se agravou. Ao contrário do período anterior, as novas frentes de ocupação não-índia disputavam, diretamente, com os Kaiowá/Guarani a propriedade e a posse da terra, sinalizando não só para a perda de terra, mas, especialmente, para a desintegração das famílias extensas. Com essa desintegração, os rituais básicos necessários para a reprodução do modo de ser tradicional não deixaram de ser praticados, em especial o rito de iniciação dos meninos à vida adulta, o *Kunumi Pepy*⁸. Ao término do período de implantação das fazendas e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, portanto, do desmatamento, as reservas dos Kaiowá/Guarani atingiu seu ponto alto.

Se a iniciativa de doação de lotes aos indígenas contemplava diretamente o interesse da CAND, invariavelmente feria todos os conceitos relacionados ao modo de vida tradicional dos Kaiowá. Apresentando uma organização familiar peculiar a uma produção econômica diferenciada dos produtores rurais, é impossível imaginar que a aldeia indígena possa se

manter recortada por propriedades particulares. Isso não apenas do ponto de vista econômico, mas também das relações familiares, políticas e religiosas, que são totalmente interligados em qualquer sociedade indígena. Como resultado, embora considerado ilegal pela CAND, aos poucos, os índios beneficiados acabaram vendendo ou abandonando seus lotes. As exceções estão naquelas áreas que deram origem à aldeia Panambizinho.

O índio Kaiowá Ricardo Jorge, relembra as histórias contadas por seu pai Ruivito Galeano Jorge, sobre a desistência ou venda dos lotes ganhos.

“Colônia chega em 1944... Chegaram os índios em Dourados (no PI) um a um explicaram que o branco ia chegar: se tinha morador índio, branco não entrava; quando não morava índio, era lote de branco. Já misturou civilizado com índio pra tomar tudo. Cortaram em lote e deram uma escritura para os índios velhos, enganado, tudo enganado. Era um papel pequeno. Ficou um ano misturado, depois o Administrador chamou os índios para avisar que não pode misturar. Ruivito, meu pai, morava no lote 44, recebeu ordem para ir para a aldeia de Dourados. Foi assim com todos. Pedro Henrique, Dominginho, Livino, Paraguassu brigaram com os colonos e conseguiram ficar em Lagoa Rica. Raul vendeu terra dos índios para colono e a escritura que deu para o índio teve que devolver. Pedro Henrique morava no 43, na beira do Braço Morto, brigou com Antonio e Miguel Rosa (colono), botou fogo na casa de Henrique e do Lídio e ainda sai risando do índio. Os dois saíram na marra e defendeu o que pode pegar.”⁹

Quanto ao loteamento da região de Panambi, deparamo-nos com dois tipos de atitudes das famílias extensas. Uma delas é a concentração na área que deu origem à aldeia Panambizinho. A outra seria o *esparramo*, isto é, a dispersão de vários grupos familiares que migram para outras aldeias. Algumas famílias ficaram aglutinadas na aldeia Panambizinho, a qual se constituiu sobre os dois lotes, de 30 ha. cada, doados a Pa'i Chiquito e a seu filho Martim Capilé, ou, ainda, na aldeia de Panambi¹⁰. Portanto pode ser

concluído que, de qualquer forma, quando se deu a fase final do loteamento da Colônia, a maioria dos Kaiowá acabou se deslocando para outras aldeias.

O processo histórico desses acontecimentos é narrado na entrevista de Valdomiro Aquino, atualmente vice capitão da aldeia Panambizinho. Pode-se perceber neste depoimento que as propostas enganosas feitas aos índios Kaiowá assemelham-se aos acontecimentos do período colonial, onde em troca do trabalho, os europeus davam aos índios produtos manufaturados de baixa qualidade.

“Era esparramado! Morava aqui, ali, ali, ali... Era tudo esparramado. Aí, quando entrou colônia, aí já fez assim: não, eu vou fazer uma... eu vou fazer um loteamento prá vocês, ver como é que é. Aí ele fez essa estrada aqui, aí fez, aí fez o loteamento, fez, fez... Bom essa aqui é sua, esse lote aqui é sua, esse aqui lote é sua. E ele ficou, cada índios seguraram aquela terra, segurá. Aí o problema que veio, ah!, esses as pessoas que foram responsabilidá aquela terra. Aí , que que aconteceu? Pegou animal, só o troco, espingarda veio, só pra dizer pra saí dali, quer dizer, pra ficar na aquela terra, um lote, um lote... pra ficá pro dono... Aí ele falou que dentro, que tá dentro que engenheiro deixaram tudo loteamento, aquele que a pessoa foi pegado e contou a história também qual é a pessoa que tava pegando as terras, e os branco só pra oferecé algum pedacinho assim, algum pano, algum revólver, algum espingarda véio, só pra dizer que foi comprado. Isso foi a Funai que primeiro tinha lá em Dourados, ele veio junto com animal, com cavalo, com aquele que queria ser dono; ele chegou: não você tem que vender isso aqui, você sai daqui, você vai lá pra Dourados. Aí brigaram, brigaram, até que venderam. É a lei que se fez né? Então esse encostou aqui, nesse dois lotes aqui. Aí dizia: Olha, você – falou com o Chiquito – você tem que vender isso aqui. Não - disse o Chiquito. Não vou vender não”.¹¹

Não deixando de ficar explícita a liderança exercida pelo Pa'i Chiquito na resistência dos Kaiowá da Panambizinho, lutou contra a expulsão dos índios dos dois únicos lotes

“ganhos” com a CAND, sobre os quais retiveram intacta sua posse. Nos depoimentos dos Kaiowá sobre o papel desempenhado por Pa’i Chiquito na resistência da aldeia, por outro lado, fornece elementos sumamente interessantes para percebermos como os Kaiowá chegaram a interpretar dentro de suas próprias pautas culturais o processo histórico descrito anteriormente.

Os índios da Panambizinho reconhecem unanimemente a precedência do xamã Chiquito Pedro no local da atual aldeia, assim como sua liderança incontestável, seja no âmbito sócio-religioso interno, seja nas relações interétnicas com os brasileiros. Mesmo falecido há anos Pa’i Chiquito é lembrado com grande ascendência interna, cujo carisma contribuiu para infundir nos habitantes da Panambizinho uma identidade fortemente arraigada a serem “Kaiowá puro”, conservando essa aldeia diversos traços da organização social, da visão de mundo e dos valores tradicionais da cultura. Segundo (SCHADEN, 1974, p. 73)¹², a família extensa de Pa’i Chiquito, seria uma das poucas a seguir o padrão tradicional da organização social Kaiowá. Liderados por Chiquito Pedro, e de acordo com seu sistema mítico simbólico, os índios da aldeia passaram a realizar cerimônias religiosas com o objetivo de precipitar a descrição do mundo, inconformados com a possível “desestabilização” que a perda daquele território acarretaria a seus padrões de vida de uma hora para outra. Em entrevista, o índio Kaiowá Lauro Conciança afirma ser o seu sogro Chiquito Pedro, o xamã Pa’i Chiquito, o responsável pela criação do *tekoha* da aldeia Panambizinho. No início da década de 1910, chegou à região de Panambi com cerca de vinte a trinta pessoas, querendo um lugar para morar, ou melhor, fundar um *tekoha*, rezou três dias sem parar e recebeu a resposta divina em relação ao local onde é hoje a aldeia Panambizinho, mas já sabendo que existia uma baixada mais seca, sem água. Passou a notícia aos parentes de que aquele local passaria ser a aldeia onde passariam a morar. Os parentes não concordaram porque não existia água, ele pediu para que rezassem no local durante dois dias, terminado o tempo da reza, enviou pessoas para ver a baixada, logo

voltaram para dar a notícia de que havia surgido uma grande mina. Confirmado o sinal que Pa'i Chiquito esperava, o *tekoha* foi levantado no local¹³.

Ainda hoje a mina criada por Pa'i Chiquito está jorrando água, umas vinte famílias moram próximas dela e insistem por ficar, mesmo após ter reconquistado as terras que estavam nas mãos dos colonos. Não querem se mudar do lugar sagrado.

Apesar de todas as pressões, os Kaiowá da Panambizinho conseguiram permanecer naqueles dois últimos lotes sobre os quais retinham e ainda retém sua posse intacta. A presença de Pa'i Chiquito, ainda é sentida na palavra daqueles que ainda residem no local. São estes que, apegados a seus valores e à visão de mundo tradicional, apesar das dificuldades flagrantes que ameaçam constantemente sua persistência enquanto comunidade Kaiowá, orgulham-se de sua identidade indígena, reclamando tão somente o direito de possuírem um território suficiente para continuarem sendo Kaiowá legítimos.¹⁴

¹ Localiza-se no distrito de Panambi, município de Dourados – MS.

² Localiza-se no Município de Dourados - MS

³ Henrique Missael. Capitão dos índios Kaiowá. In: Katya Vietta, antropóloga responsável pelo Relatório Final da Perícia realizada na Área Indígena Panambizinho, Distrito de Panambi, Município de Dourados-MS.

⁴ Neste período o Juiz determina a saída dos colonos e os indígenas podem assumir seu território.

⁵ VIETTA, Katya. Programa Kaiowá/Guarani: algumas reflexões sobre Antropologia e prática indigenista. *Multítemas – Revista da Universidade Católica Dom Bosco*. Campo Grande, outubro de 1997. n.º. 4, p.68-85.

⁶ OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. 269 p.

⁷ Lauro Conciância. Fita 19, gravada em 17.09.1998. In: Kátya Vietta, antropóloga responsável pelo Relatório Final da Perícia realizada na Área Indígena Panambizinho, Distrito de Panambi, Município de Dourados-MS.

⁸ Ritual do batismo dos meninos Kaiowá.

⁹ SILVA, Joana A. F. *Os kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

¹⁰ Localiza-se no município de Douradina – MS.

¹¹ Entrevista de Valdomiro Aquino, contida no Processo Judicial n.º. 1997.0002841-0. v. 2 – Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, segunda subseção de Dourados-Ms.

¹² SCHDEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo, EDP/EDUSP, 1974.

¹³ Entrevista com o líder mais antigo da aldeia Panambizinho Lauro Conciância. Fita n.º. 9 em 23/03/05. Arquivo da pesquisadora.

¹⁴ Os índios Kaiowá se acham legítimos, “Kaiowá puro”, por relacionarem-se somente com Kaiowá na aldeia; conseqüentemente segundo eles podem manter suas tradições culturais Kaiowá, como o batismo dos meninos, o Kunumi Pepy.